

## Roma: cidade eterna, o caminho dos embaixadores

Rome: eternal city, the way for ambassadors

**Luciano Cesar da Costa**

Doutor em História  
Universidade Federal Fluminense  
lucianocesar\_3@hotmail.com

**Recebido em:** 01/03/2020

**Aprovado em:** 31/03/2020

**Resumo:** O presente artigo versa sobre a importância da cidade de Roma durante o século XVII, não apenas como centro espiritual da Cristandade moderna, mas também como poder temporal em face às diversas disputas de poder que marcam o período. Assim sendo, diversas monarquias e regiões da Europa e de outras partes do mundo enviam missões diplomáticas para Roma, transformando a cidade em um Teatro do Mundo, pois ali duelavam representações políticas dos mais diversos espaços, provando, mais uma vez, a centralidade histórica da cidade.

**Palavras-chaves:** Roma; diplomacia; embaixadas.

**Abstract:** This article deals with the importance of the city of Rome during the 17th century, not only as a spiritual center of modern Christianity, but also as a temporal power in the face of the various power disputes that mark the period. As such, several monarchies and regions in Europe and other parts of the world send diplomatic missions to Rome, transforming the city into a Theater of the World. There, they fought political representations of the most diverse spaces, proving once again the historical centrality of the city.

**Keywords:** Rome; diplomacy; embassies.

Cidade Eterna. O apelido já deixa evidente o prestígio de Roma, quando na Antiguidade os coetâneos falavam que mesmo após a destruição da cidade, ela iria permanecer. A cidade era um dos principais centros da Antiguidade ocidental e concentrou grandes eventos históricos. Alguns conceitos políticos básicos têm grande inspiração na política romana e são usados como exemplo ainda hoje. Talvez os termos mais notórios sejam “ditadura” ou “república” (BOBBIO, 1998, p. 368/1107). Exemplo disso é a política do “pão e circo”, expressão criada pelo satirista Juvenal (50-130 a.C.), a qual ganhou grande notoriedade ao tratar da política de distribuição de pão por parte do governo imperial. Ao alimentar o povo, mantinha-se este sobre controle (FUNARI, 2002, p.113). Igualmente famosas, temos as obras públicas romanas como as fontes ou o grande Coliseu. Note-se que mais do que o esplendor de Roma, tais obras mostravam a importância dos

escravos que construíram tais monumentos. Mary Bears, importante estudiosa inglesa, tece diversas considerações sobre essas grandes construções Romanas. (BEARS, 2017)

Roma se tornou famosa por suas grandes obras ou sua política do pão e circo, mas sua fama se manteria em outros períodos históricos (VEYNE, 2015). Assim, o foco do presente artigo é mostrar como Roma, na segunda metade do século XVII, permanecia como Centro no jogo de forças entre as diversas potências modernas, ou seja, França, Espanha, Portugal e até mesmo os protestantes Inglaterra e Países Baixos procuravam manter olhos atentos em Roma.

Como sede do Papado e da Santa Sé, era de Roma que saíam as principais decisões teológicas e religiosas, sobretudo depois do Concílio de Trento (1545-1563)<sup>1</sup>. Apesar de sua importância político-religiosa, a ênfase do presente trabalho está mais em perceber os elementos temporais da cidade de Roma, principalmente nas diversas formas como o Papa atuava, não como líder da cristandade, mas como chefe de Estado. A arte de governar não excluía naturalmente o Pontífice, ainda que suas decisões políticas tivessem de ser pautadas numa diversidade de pormenores, incluindo naturalmente a fé cristã e os cerimoniais que envolviam a religião. A historiadora italiana Maria Antonietta Visceglia define a questão nas seguintes palavras:

Roma representa um poder político e pacificador; no espiritual conservou o controle sobre a salvação das almas e devido a sua posição central, foi meta e destino de peregrinos e embaixadores. Nesse sentido, os ritos constituíram um extraordinário recurso – sobretudo depois do cisma protestante – para o relançar político e religioso do Papado, que soube aproveitar as oportunidades oferecidas pelo esplendido passado e brilhante presente cultural de uma cidade capaz de albergar e promover um sistema cerimonial que, com o tempo, se converteria em referente obrigatório por toda Europa. (VISCEGLIA, 2010, p. 11)

Dentro dessa lógica, Roma também era parte indispensável para o equilíbrio de poderes que se desenhava na Europa do século XVII, em especial durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) seja como poder temporal e mediadora de conflitos. Como sabemos, a Guerra dos Trinta Anos foi um dos conflitos europeus mais decisivos, pois marcou uma disputa de poder entre as pretensões imperiais da Casa de Habsburgo que comandava a Espanha, mas também o Sacro Império contra as pretensões francesas que sob o comando do Cardeal Richelieu também adotava uma política externa. A estes conflitos somamos as guerras de religião entre protestantes e católicos. Assim, se desenhava um sistema de equilíbrio de poderes entre a Espanha Habsburgo e a França, cada uma delas incapaz de impor uma derrota definitiva ao seu inimigo. No cerne da questão estava o Papa. Essa realidade temporal, também se misturava com o poder espiritual

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que o Concílio de Trento reforçou mais uma vez a infalibilidade papal. Cf. JEDIN, Hubert. História del Concilio de Trento. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1972.

dentro da manutenção de uma política universalista, que pretendia conduzir a Europa rumo uma política cristã única.

Na busca da identificação desse papel, o livro *Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)* (SIGNOROTTO; VISCEGLIA, 2005) foi extremamente importante. Os autores defendem a ideia que os Tratados de Westfália (1648) – que deu fim a Guerra dos Trinta Anos – e o dos Pirineus (1658) – que cessou a hostilidade entre França e Espanha – teriam enfraquecido a Igreja de Roma, uma vez que as monarquias teriam dispensado o arbítrio papal na solução definitiva da guerra. Contudo, o mesmo autor destaca que essa ideia da perda de centralidade do papado é uma leitura bastante simplória de uma situação mais complexa, para melhor entender esse sistema de equilíbrio de forças, valem também as observações de Henry Kissinger (KISSINGER, 2015)<sup>2</sup>. O equilíbrio geral de forças na segunda metade do século XVII não pode ser examinado apenas evidenciando aquelas potências<sup>3</sup> que se enfraqueciam e aquelas que ascendiam, isso porque o que se verificava era um sistema de equilíbrio de poderes, contra-hegemônico. Assim, França e Espanha, as grandes potências do momento, procuravam impedir as pretensões hegemônicas uma da outra, e a Santa Sé mantinha assim seu papel de arbítrio do mundo.

Outro aspecto essencial para melhor entender a centralidade de Roma na primeira metade do século XVII é o seu crescimento cerimonial e sua importância dentro do catolicismo em lógica com as mudanças propostas da Contrarreforma. A necessidade de uma resposta à Reforma Protestante fez com que a Igreja Católica adotasse uma postura cada mais nítida sobre seus rituais, dogmas e liturgias. Tal mudança foi especialmente percebida nos períodos das cortes dos papas Paulo V e Clemente VIII, quando Roma retomou seu vigor, defendendo mais uma vez a liturgia e os sacramentos frente a expansão protestante.

Dessa forma, como apontam os autores, fica evidente que Roma não apenas era centro espiritual do mundo católico, mas também um centro político importante que atraía as mais diversas potências da Europa para dentro de um complexo jogo cerimonial. Isso porque as diversas potências enviavam embaixadores para sugerir, solicitar e até mesmo controlar as decisões papais. Assim, perceber a atuação dos embaixadores, ou a posição ocupada por um determinado

---

<sup>2</sup> Veja-se que nesse caso a obra rompe com a posição de um dos compêndios mais tradicionais sobre a história das relações internacionais, a saber a obra de Henry Kissinger que defende a ideia que a paz de Westfália teria rompido com a centralidade do papado. Cf. Henry Kissinger. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

<sup>3</sup> Para evitar anacronismos e imprecisões usamos o termo “potências” para definir os diversos centros de poder do período. Termos como Estado, Nação ou País seriam imprecisos para definir as relações de poder em meados do século XVII. Cf. Manuel Rivero Rodríguez. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad Moderna. De la Cristiandad al sistema europeo 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

embaixador em um cerimonial romano não eram meras formalidades, mas manifestações de um “Teatro do Mundo”, no qual cada uma das potências procurava um local de maior destaque e reconhecimento. Durante a época moderna, as cerimônias não cumpriam apenas uma função decorativa ou fática, elas procuravam representar a realidade. Assim, havia um verdadeiro jogo cerimonial, no qual a potência que controlasse a cerimônia, controlava sua posição social. O Papa, ciente dessa realidade, não deixou de manobrar esses cerimoniais romanos, ora prestigiando, ora desqualificando um embaixador. Logo, estudar as embaixadas é um dos caminhos para melhor compreender a cidade de Roma ao longo do século XVII. Importante reforçar que, quando falamos de embaixadas durante a época moderna, nos remetemos a percepções bem distintas das quais hoje fazemos sobre as mesmas. Durante a época moderna, ainda se construía uma rede diplomática e quase sempre os embaixadores eram enviados para missões pontuais com períodos determinados e poucas potências mantinham embaixadas permanentes. A própria comunicação entre o embaixador e seu rei era bastante precária (BLACK, 2010).

Assim, buscando melhor recortar o funcionamento das embaixadas romanas, foram fundamentais os “espelhos de embaixador”, tal como os espelhos de príncipe. Estes livros procuravam instruir seus leitores sobre a melhor forma de atuar, ora como embaixadores, ora como príncipes.<sup>4</sup>

Um desses espelhos de embaixador é uma referência útil e proveitosa: o livro *Relacional de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey de España*. (FAJARDO, 2000). Trata-se de uma descrição elaborada entre 1618 e 1620, que fornece algumas pistas fundamentais sobre a realidade romana. A obra explica diversos detalhes da cidade e de seu funcionamento. Mais ainda, o manual procura descrever quais elementos um embaixador deveria levar em conta ao servir na Santa Sé e, ainda que endereçada aos embaixadores espanhóis que atuavam em Roma, a obra serviu como referência para outros embaixadores.

Note-se que a Relação foi publicada de forma anônima, o que não impediu de formular algumas hipóteses sobre a autoria da obra. Segue-se de perto as ideias de Quintín Aldea - autor do prólogo que acompanha o livro - que considera o espanhol Diogo Saavedra Fajardo o escritor das Relações. Seguindo essa trilha, Aldea percebe que o autor estava em Roma e, pelos personagens citados, fica evidente que a Relação foi escrita entre 1618 e 1620, em parte, por conta dos

---

<sup>4</sup> O “espelho de príncipe” foi um gênero literário que ganhou grande notoriedade com “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel ao longo do século XVI. Trata-se de um manual instrutivo sobre a forma ideal de atuação de um príncipe. Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

comentários feitos sobre os Conclaves em cena. A forte relação com a missão espanhola em Roma também indica que o autor era membro da embaixada. Sendo Fajardo secretário da embaixada, tudo indica que a obra era de sua autoria. Aldea chega a admitir que a obra pode ter sido escrita por muitas mãos, mas, certamente, a maior parte dela foi escrita por Fajardo. Não se sabe se a relação chegou até o Rei, apesar de ter sido entregue a Secretária de Estado em Madri.

O autor nasceu em Murcia no ano de 1584 e sabe-se pouco sobre seus primeiros anos, apesar de ser sabido que, com dezesseis anos de idade, começou a estudar em Salamanca. Acreditava-se que sua primeira carreira foi eclesiástica, chegando bem perto de assumir a posição de cónego da Catedral de Santiago. Acabou atuando no serviço do Cardeal D. Gáspar de Borja, embaixador espanhol em Roma. A ida a Roma forneceria a experiência fundamental do jovem nobre, que ficaria na cidade até 1633. Assim, de 1612 até 1633, o autor vivia em Roma, adquirindo larga experiência nos assuntos romanos. Depois disso, o já então diplomata continuaria a ser enviado por toda Europa em diversas missões. É enviado como embaixador ao Ducado da Baviera (1633), Franco-Condado (1638) e Suíça (1639). Antes disso, em 1635, foi nomeado Conselheiro das Índias, mas apenas entre de 1641-1643, vai até Madrid, confirmando sua nomeação para o Conselho. Nesse mesmo período, alcança o auge de sua carreira, sendo escolhido como plenipotenciário da Espanha no congresso de Münster em Westfália, que deu fim à Guerra de Trinta Anos. Note-se que o cargo de plenipotenciário – embaixador com plenos poderes – marcava a total confiança do rei em sua capacidade diplomática. Isso porque a dificuldade de comunicação entre o rei e o embaixador fazia com que o rei tivesse que, efetivamente, confiar e aceitar as decisões tomadas por seu plenipotenciário, ou seja, esse tipo de embaixador representa o próprio rei naqueles assuntos aos quais foi nomeado. Já de volta a Madrid, como conselheiro e grande homem da monarquia, Fajardo faleceu em 1648.

Vale ressaltar que Fajardo nunca escreveu obras eminentemente diplomáticas, mas como diversos diplomatas letrados do período, escreveu muitos textos, cartas e documentos que permitem melhor compreender a diplomacia moderna (IRIBANE, 1956). Nesse sentido, o texto analisado nas páginas seguintes contém parte da percepção diplomática de Fajardo, sendo fundamental para compreender as embaixadas para Roma e a própria cidade de Roma (FAJARDO, 2000, p. 11).

Ainda consta anexo a primeira edição das Relações um conjunto de documentos inéditos localizados no *Archivo de la Catedral de Santiago*, todos referentes a atuação de Fajardo em Roma. O trecho mais relevante desse conjunto documental reforça a importância que o autor adquiriu em

Roma, cito: “Don Diego Saavedra Fajardo, agente do rei nosso senhor nessa corte de Roma, cujo cargo, como tal agente está a expedição das bulas e dos bispados dos reinos da Espanha e outro que são nominação e apresentação de Sua Majestade.” (FAJARDO, 2000, p. 169). O trecho evidencia que o jovem diplomata Saavedra Fajardo já detinha inúmeros poderes para nomear e confirmar cargos, o que valida ainda mais a importância de escaramuçar sua obra.

Podemos dividir as ideias de Fajardo em três grandes blocos. O primeiro tratando das coisas gerais de Roma, aspectos econômicos e costumes. E um segundo que fala sobre a Corte de Paulo V e individualmente de cada um dos cardeais. E o último, explicando os mecanismos de eleições para o Papado, inclusive o posicionamento das diversas monarquias nesse processo. Ao descrever Roma, é possível perceber um pouco mais sobre a centralidade da cidade, ao passo que os mecanismos de atuação nos conclaves auxiliam a perceber como as disputas internacionais ocorriam sob o teto da Capela Sistina durante os conclaves que escolheriam o novo Papa. Essa última parte reforça a ideia central desse trabalho: a de que dentro do “micro” espaço de Roma era possível perceber as relações internacionais durante a segunda metade do século XVII, ou seja, Roma era o teatro do mundo.

O secretário espanhol começa sua análise falando das dificuldades de se escrever sobre Roma. Para o autor, Roma, desde o tempo de República, guardou grande liberalidade. Todos eram bem-vindos, mas isso permitia também que todos pudessem criticar e julgar livremente a cidade. Justamente essa liberalidade que permitiu encontrar em Roma uma maquete social da época moderna, pois ali os diversos conflitos europeus ocorriam em miniaturas nas ruas de Roma.

Ainda há uma última dificuldade: a corte romana por fora aparenta uma situação, por dentro, porém, se encontra outra realidade. Logo, só é possível conhecer Roma para aqueles que estão dentro da corte. Daí decorre outra questão: mesmo dentro da corte se deve ter grande atenção, pois, em Roma “o trato ordinário se faz hábito de fingir e dissimular, e ainda há quem diga, de mentir.” (FAJARDO, 2000, p. 10), recomendando, assim, que se fale com poucos para que ninguém fique sabendo o que se está fazendo.

As primeiras páginas da obra de Fajardo também abordam a descrição física de Roma. Tais características fundamentais da cidade em algumas situações podem influenciar a política romana. Sendo construída e desconstruída diversas vezes desde a Antiguidade, a cidade é marcada por grande quantidade de ruínas. Coliseu, Anfiteatro, as Termas e as Murallas de Roma. Estes elementos somam-se com outros mais recentes. A Igreja de S. Pedro, S. Juan Laterano, Nuestra Señora del Pilar de Zaragoza. Por fim, as grandes fontes públicas nas praças de Tréveris, Puente

Sixto, Plaza de San Pedro. Concluindo o autor que “se tem por certo que há em Roma mais água nas fontes que no Rio Tíber.” (FAJARDO, 2000, p. 11). A grande quantidade de fontes pode ser explicada pelo grande calor de Roma, que era, segundo o autor, um dos grandes “perigos” da cidade. E daí decorre o uso de coberturas nas ruas em função do calor, inclusive ao falar com o Papa. Mais tarde, veremos como andar coberto ou descoberto poderia alterar o sucesso de uma embaixada (FAJARDO, 2000, p. 11).

Ao analisar a população romana, informa que existe grande quantidade de homens em Roma, sendo a mesma grande e populosa. Reforça que a maioria é composta de italianos, espanhóis e franceses e abaixo deles, alemães, polacos, húngaros e gregos. Há, ademais, muitos judeus que vivem em sua “lei fechada”. Sobre as indumentárias e trajes, marca a falta de regra:

Os trajes desta gente é a seu arbítrio: ou é da sua nação<sup>5</sup> ou o que melhor parece para cada um, sem que nisto haja lei ou pragmática, exceto os judeus que se obrigam a trazer seus sombreios amarelos, e as mulheres, toca amarela. Toda esta gente usa poucas galas e costa em vestir-se, porque não há pragmática que proíba nada. (FAJARDO, 2000, p. 11)

A ausência de uma pragmática sobre as vestimentas não deixa de ser elucidativa, pois muitos poderiam ser os conflitos cerimoniais em decorrência da sua ausência. Em diversos casos, embaixadores e outras autoridades foram confundidas nas ruas de Roma, o que não deixou de gerar conflitos políticos que se estendiam para além de Roma. Trata-se, assim, de mais um exemplo da liberalidade nas ruas de Roma.

Sobre a alimentação, reforça a ideia de que, em Roma, se encontram grandes quantidades de “carnes e pescados”. Quanto à bebida, deixa evidente a boa qualidade do vinho. Sobre as festividades, reforça que existem poucas festas públicas, salvo a Festa de Roma, que é feita em memória de Augusto César no dia 1º de agosto de cada ano. Como veremos em seguida, não foram poucos os casos em que os embaixadores reclamaram da falta de recursos e das dificuldades matérias da cidade e, nesse sentido, discordam das ideias de Saavedra.

Trata, então, dos aspectos financeiros relacionados à administração temporal do Papa. Reforça a ideia que os direitos do Estado da Igreja permitem que esta receba rendas, por exemplo, o Estado de Ferrara, que pertencia à Igreja, fornecia uma parte delas. Fala também de alguns dos gastos principais da Igreja. A manutenção do Castelo de San Angelo, bem como a guarda do

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar que o termo “nação” utilizado pelas fontes coetâneas deve ser diferenciado do termo nação, no seu sentido contemporâneo. Cf. Eric Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Castelo. Mas, ainda assim, para Fajardo, esses gastos ainda são menores, se comparados com os gastos feitos pelos “nepotes”, aqueles parentes do Papa que recebiam diversos cargos e pensões. Evidencia-se, nesse caso, a grande oposição que Fajardo faz aos Nepotes, tanto por seus gastos, como pelo grande poder que acumulavam.

A situação financeira da Igreja se agrava ainda mais quando o Papa se envolvia em alguma guerra, pois afinal, a guerra ampliava a cobrança de impostos, aumentando a *panota*, preço do pão nas ruas de Roma. Dessa forma, a saúde financeira do papado e de Roma dependia da moderação nos gastos e nas guerras. Ao que tudo indica, tanto uma como a outra, não eram a tônica do papado.

Do mesmo modo, Fajardo se dedica ao poder temporal do Papa. Esse aspecto é relevante, pois explica claramente quais forças temporais o Papa detinha e sobretudo, quais socorros poderia precisar. Admite, nas primeiras páginas, que a força do Papa está no respeito dos Príncipes Católicos, isso porque Roma é uma cidade fácil de ser tomada. O castelo de San Angelo, por exemplo, pode ser facilmente atacado pelos morros ao redor. Somado a isso, o Papa tinha pouca capacidade de recrutar homens, pois, se Roma era muito populosa, muitos eram forasteiros e estrangeiros e não soldados do Papa. No fundo, a defesa de Roma dependia ou da fé ou da cortesia dos príncipes católicos, como argumenta a obra. Essa realidade militar nos remete a uma questão política mais ampla: o Papa dependia do apoio bélico dos católicos.

Sobre o governo temporal da cidade, chega-se à conclusão de que nele tudo dependia do Papa. Apesar da presença do governador da cidade e dos magistrados, no final, todas as questões se remetiam ao Papa, “porque o Papa é juiz de todas.” [14] Outra parte importante da obra trata sobre a administração da justiça. Para o autor, a velocidade com a qual a justiça é administrada em Roma é a chave para seu bom governo, que frequentemente era considerado como modelar:

Com estes poucos ministros não há em toda Roma delito sem castigo, nem escapa delinquente sem que o prendam. E tudo se despacha com tamanha brevidade que não parece possível ver como se faz. E se há de se dizer a verdade é que há poucos ministros. (FAJARDO, 2000, p. 20)

Nesse sentido, o policiamento era feito por toda variedade de homens, “como é gente baixa, é fazendo a [beliqueria] de seu ofício, a fazem sem processo e dilação.” (FAJARDO, 2000, p. 20). Isso explica a facilidade com que os delitos são punidos em Roma. A descrição da fonte faz parecer, porém, que todas as ruas de Roma eram seguras. Mas, os relatos dos embaixadores sinalizam que a grande variedade de pessoas tornava Roma uma das cidades mais perigosas da época. Como vimos, os confrontos entre os embaixadores nas ruas de Roma frequentemente

descambavam para agressões, assaltos em diversas casas e outras formas de violência. Se a fonte parece exagerar no “policiamento” de Roma, acerta na importância do poder temporal do Papa. Quase todas as notícias que recebemos de conflitos terminam com a decisão papal. Ainda analisando o governo de Roma, Fajardo tece diversos comentários sobre o comércio, compra e venda de produtos. A citação deixa evidente o funcionamento dos procedimentos.

O modo de governo e mantimento é extremado, porque todos vendem de tudo sem postura mas que aquela que a abundância e a esterilidade faz verdade, que de ordinário há abundância e assim correm bons preços. (FAJARDO, 2000, p. 20)

A citação fala por si só: “todos vendem de tudo”. Roma era, assim, um local de vitalidade comercial. Mas a isso se soma a ausência de cotas especiais para qualquer autoridade, como se vê no trecho:

Não há reservado nada para cardeais, papa, nem juizes. Cada um chega e compra ao preço corrente o que é fundamental, e a diferença se fazem nos preços, porque nem o pobre pretende comer o que toca ao senhor e nem o senhor remove ao homem ordinário o que seu gosto e necessidade pede. (FAJARDO, 2000, p. 20)

Portanto, a diminuição dos preços se relaciona com a grande liberdade de venda e compra dos produtos. Porém, a fraude nos “pesos” poderia causar um aumento geral. Dessa forma, a neutralidade romana e seu sistema de impostos continuava a atrair boa parte dos mercadores. Mais uma vez, “todos seguiam para Roma”.

A fragilidade militar romana e a pequena capacidade de recrutar homens do papa tornaram Roma um alvo fácil. Sua força, como explicou Fajardo, estava na fidelidade dos príncipes cristãos. Por outro lado, uma disputa aberta com estes mesmos príncipes era capaz de deixar a Sé em delicada situação.

Pintado esse quadro geral, cabe ressaltar que, entre as potências europeias, era a Espanha a que mais facilmente poderia invadir Roma. Restava, então, desvendar não mais Roma, mas os próprios mecanismos das embaixadas em Roma. Pois, se a obra de Saavedra Fajardo fornece caminhos para os embaixadores em Roma, é preciso entender, também, como essa atuação ocorre na prática, logo, o período conhecido como *Sede Vacante* foi um dos mais importantes.

O período de *Sede Vacante* foi imortalizado recentemente quando Dan Brown escreveu um de seus romances, *Anjos e Demônios* e escolheu como tema central o período de *Sede Vacanté*,

---

<sup>6</sup> *Sede Vacante* é o período em que a morte do Papa deixa a Igreja Católica Romana sem um líder. Temporariamente, as decisões burocráticas ficam a cargo do Carmelengo, secretário do Papa falecido. É durante esse período que o

quando a morte papal deixava a Igreja sem um líder espiritual e abria espaço para eleição de um novo Papa. Sua escolha revela-se, justamente, por considerar um momento repleto de conflitos políticos. Na trama, também adaptada para o cinema, o papa havia sido assassinado. Seus algozes procuravam controlar a escolha do novo papa, sendo, na verdade, o próprio carmelengo o mandante e idealizador da trama e um dos escolhidos para a sucessão papal. Porém, a trama muda de rumo com as descobertas do historiador Robert Langdon, - interpretado por Tom Hanks no cinema – que não apenas a revela, mas é capaz de impedir o plano nefasto. Ora, a Sede Vacante, marca um dos momentos de maior fragilidade da igreja e, tal como a trama ficcional, a mostra também é cheia de disputas sobre a sucessão. Essa também era, sem dúvida, a realidade histórica do século XVII. E, novamente, Saavedra Fajardo fornece inúmeras pistas sobre essa realidade.

Abandonando as tramas ficcionais, a forma mais evidente de controlar um conclave era por meio do colégio de cardeais. Como sabemos, eram os cardeais os responsáveis por escolher o novo papa durante o conclave. Saavedra Fajardo também deixa evidente essa realidade:

E então, é de grande interesse aos reis ter em Roma cardeais de grandes partes, para que, como pessoas que fazem tudo, ajudem e encaminhem suas coisas e só as suas, e não, as de todo mundo (que todo vem a Roma) encaminhando-as a conveniência de seu rei. (FAJARDO, 2000, p. 53)

Fajardo procura analisar, ainda, qual deveria ser a “nação” do papa eleito. Argumenta, inicialmente, que existiram papas bons e maus de todas as nações, claramente, evitando definir sua preferência. Na mesma linha, afirma que os principais braços da Igreja são Espanha e França e que, assim, o papa deveria ser um “meio entre eles.” (FAJARDO, 2000, p. 33). Apesar disso, reafirma que, como muitos dos cardeais são italianos, a maioria dos papas acaba por ser dessa nação.

Nessa esteira, começa a questionar se importa ao rei de Espanha quem seja o papa e se, por sua, caberia ao rei interferir no conclave. Cito:

Não há censura como tem resoluto os teólogos gravíssimos e se usa continuamente e discorre quais sujeitos são melhores e quais se tem por dignos e indignos, quais tem mais verossimilitude e, entre estes, quais estariam bem e quais estariam mal. Admitem assim mesmo as diligencias antes de fechar o conclave fazem os embaixadores, pretendendo cada um com bons meios ganhar os votos e persuadir que não hajam coisas que diretamente estejam mal aos seus senhores. (FAJARDO, 2000, p. 35)

---

Colégio de Cardeais se reúne para escolher o novo Papa. Tal momento marca um dos momentos de maior complexidade no catolicismo romano.

Admite, assim, que os embaixadores podem atuar para influenciar o conclave, mas ressalta, em seguida, que isso deve ser feito por “meios honestos e sem escândalo”. O autor reafirma que o príncipe deve se preocupar com a eleição do papa, pois como “cabeças da igreja”, devem zelar pela saúde de todo o corpo da instituição. Argumenta assim, que a guerra entre qualquer príncipe e o papa seria prejudicial à Cristandade, mas a guerra com a Espanha seria ainda mais grave. Admite que o Papa poderia ampliar os “impostos” e rendas sobre Sicília e Nápoles e que com o apoio de “França, Veneza e Saboia”, poderiam atacar esses territórios, mas isso seria um “grande estrago, não só da Espanha, mas do mundo.”

Os fragmentos anteriores nos permitem perceber dois elementos cruciais. O escritor espanhol não apenas admite, como recomenda a intervenção do rei da Espanha nos ditos conclaves, procurando eleger o cardeal mais favorável aos seus interesses. Em segundo plano, reafirma o tenso equilíbrio entre o papado e a monarquia hispânica, ao admitir que os vice-reinados espanhóis na Itália poderiam ser utilizados para atacar o papado, mas que isso levaria toda a península a um estado de guerra que, no final, prejudicaria todo o “mundo”.

Ainda nesse mesmo trecho, resume os diversos “meios” para garantir o apoio dos cardeais às causas do rei:

Assim, o certo é que a Sua Majestade e a outro qualquer rei ou príncipe é conveniente infinito estar bem com o papa e não o ter por contrário, como também ao papa importa infinito estar bem com o rei. E assim é que nem o rei deve descuidar-se na eleição do papa, nem ter por matéria que não o toca, mas pelo contrário. E aqui convém e se deve advertir que com isto se descuida muito Sua Majestade e os ministros, pois há muitos dias dessa parte não se vê os governadores de Milão, Nápoles e Sicília tenham com os cardeais a correspondência que eles usaram tanto em cortesia como prover ofícios aos seus parentes... Tão pouco de muitos anos a esta parte no se vê Sua Majestade de pensões a cardeais ou soldos a seus parentes para os ter obrigados. (FAJARDO, 2000, p. 37)

Das muitas passagens das Relações escritas por Fajardo, talvez esta seja a que permite perceber mais características da atuação espanhola em Roma, assim como o funcionamento da cúria. Admite ainda que o papa e o rei devem manter uma boa relação e que, para tal, o rei deveria, sempre que possível, influenciar na escolha do Papa. Estes dois elementos em si, já tornaram o fragmento interessante, mas some-se à parte final, na qual o escritor espanhol reconhece a importância de pagar “pensões” aos cardeais e seus parentes. Daí decorre uma questão simples, pagar pensões era considerado como um meio “honesto e sem escândalo”.

O pagamento de pensões para cardeais era - como sugere a fonte - bastante comum na época moderna. Também Portugal adotou esse expediente, como observado nas diversas

correspondências do embaixador D. Francisco de Souza Coutinho, que fazem menção ao “cardeal protetor” de Portugal, conhecido como Cardeal Ursino. O mesmo cardeal endereça carta ao reino de Portugal, reclamando sobre seus rendimentos que estavam atrasados.<sup>7</sup>

A Relação prossegue informando sobre outros meios que poderiam ser utilizados pelos príncipes, reafirmando que não havia “regra certa” para essas questões. A ideia central é fazer com que os cardeais fiquem “obrigados pela dádiva”, isso porque todos têm um momento de necessidade. Adverte, ainda, que o pagamento de pensões não garante a fidelidade, isso porque muitos cardeais recebem pensões de diferentes príncipes e, logo, podem votar de diversas formas em um conclave. Cabe também utilizar aquelas dádivas que não “custam nada”. Cita, por exemplo, os Hábitos de Ordens militares (raros na Itália), o que explica a grande procura por eles (OLIVAL, 2001). Anuncia, por fim, que se deve procurar ganhar os “cabeças de facção” e, como sabemos aquelas famílias cardinalícias mais antigas acabavam por ter grande peso nas decisões do conclave e, logo, ganhar os líderes de cada uma das facções era parte essencial do jogo político que envolvia o conclave.

Dentro dos conclaves, as figuras mais importantes eram os cardeais, que teriam chance de ocupar o papado. Mas conclui que “de sorte que em todo e por tudo teremos boas experiências que não há regra segura e nem firme.” (FAJARDO, 2000, p. 139).

No desfecho da obra, procura fazer um “exame de consciência” sobre o que se deveria guardar nas eleições do Sumo Pontífice. Saavedra informa sobre a junta que rei espanhol teria convocado para decidir a questão em 1598. A junta era formada por Frei Diogo de Ypes e Padre Frey Gaspar de Córdoba, confessores do rei, bem como José de Acosta, reitor do Colégio da Cia de Jesus, os quais, juntos, produziram um conjunto de escritos que versavam sobre essa questão. Saavedra começa citando alguns teólogos romanos que afirmam ser de grande prejuízo à consciência tentar persuadir os cardeais a seguirem as instruções do rei nos conclaves. Reforçam estes mesmos teólogos que se trata de uma espécie de *simonia*<sup>8</sup> quando os embaixadores oferecem presentes para os cardeais, sendo, portanto, pecado agir dessa maneira. Como parece natural esperar, Fajardo e os religiosos espanhóis discordaram dessa posição.

---

<sup>7</sup> Com o decorrer da pesquisa de doutoramento, localizei na Biblioteca Nacional de Portugal um manuscrito redigido pelo cardeal Ursino em que reclama sobre o não pagamento das rendas prometidas por D. Afonso VI, rei português. Cf. *Parecer sobre um requerimento do Cardeal Virgínio Orsiniiv dirigido ao regente D. Pedro II para lhe serem pagos os ordenados vencidos como protetor de Portugal em Roma*, [manuscrito], 1669. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota F. R. 985.

<sup>8</sup> Simonia era uma das práticas comuns da época moderna. Diversos religiosos, inclusive Martinho Lutero condenavam sua prática. Em síntese, tratava-se de uma busca por lucro ou ganhos financeiros em detrimento de uma das bases do catolicismo, a caridade. Cf. Lucien Febvre. *Martinho Lutero: um Destino*. Portugal: Livraria Bertrand, 1976.

Entre as conclusões mais relevantes dos teólogos espanhóis, cabe citar que os embaixadores não deveriam ser implicados em sua consciência. Isso porque os ministros devem obedecer ao seu rei e se existe dúvida se a ordem é lícita ou não, deve confiar que o rei guarda essas questões, não sendo mal obedecer ao que se manda. Os teólogos prosseguem argumentando que o príncipe deve sempre se preocupar com o bem espiritual da Cristandade, porque os príncipes são parte importante do mundo cristão e, logo, devem se preocupar com essas questões e, assim, por “meios honestos”, procuram a eleição daquele que é conveniente. A segunda razão enumerada pelos teólogos é que sendo o Papa Príncipe Temporal com grande poder, deve o príncipe buscar também o “bem temporal de sua República”, procurando eleger Pontífice que não cause danos. Argumenta, ainda, que essas duas justificativas valem para qualquer príncipe católico.

Por fim, reforça uma terceira justificativa que diz respeito ao rei espanhol. Pois dele depende em boa medida a defesa da Cristandade e do próprio território papal. Deve, assim, ter o Sumo Pontífice boa correspondência com o rei. Defende que é lícito ao rei excluir e incluir nomes no conclave, pois visa sempre o bem da Cristandade. Por outro lado, admite que o que se procura é um bem particular e, nesse caso, encontra-se um grave crime de consciência. Instrui que estas conclusões levantadas pela comissão de 1598 foram enviadas para o embaixador espanhol em Roma, acompanhada de uma carta real em 1604. Assim, Saavedra e outros embaixadores espanhóis podiam ter sua consciência livre sobre as recomendações que faziam ao longo do texto.

Concluída a descrição analítica da obra de Fajardo, já se pode desenhar uma parte do funcionamento do Estado Pontifício, não no seu aspecto espiritual, mas, sobretudo, em sua dimensão temporal. Como antes observamos, Roma surgia como grande espaço de atração das representações diplomáticas das monarquias modernas, em especial durante os períodos de *Sede Vacante*. Justificando, por fim, a citação inicial, na qual a cidade era considerada como teatro do mundo.

### Referências Bibliográficas

- BEARD, Mary. **SPQR: uma história da Roma Antiga**. São Paulo: Planeta, 2017.
- BIANCHERI, Boris. **Conciliar o mundo: a diplomacia na era global**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BIAGIOLI, Mario. **Galileu, Cortesão: a prática da ciência da Cultura do Absolutismo**. Porto: Porto Editora, 2003.
- BLACK, Jeremy. **A History of Diplomacy**. Londres: Reaktion Book, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CAMENIETSKI, Carlos Ziller. **O Paraíso Proibido**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

- DANDELET, Thomas. **La Roma Española (1500-1700)**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.
- FAJARDO, Diego Saavedra. **Relación de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey en España**. Xunta de Galicia, 2000.
- FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero: um Destino**. Portugal: Livraria Bertrand, 1976.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IRIBARNE, Manuel Fraga. **Don Diego de Saavedra y Fajardo y la diplomacia de su Epoca**. Madrid: Artes gráficas “Arges”, 1956.
- KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- JEDIN, Hubert. **História del Concilio de Trento**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1972.
- RODRÍGUEZ, Manuel Rivero. **Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad Moderna. De la Crisiandad al sistema europeo 1453-1794**. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- VISCEGLIA, Maria Antonietta. **Guerra, Diplomacia y etiqueta en la corte de los Papas (siglos XVI y XVII)**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2010.
- SIGNOROTTO, Gianvittorio; VISCEGLIA, Maria Antonietta. **Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: ESTAR, 2001.
- VEYNE, Paul. **Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político**. São Paulo: Edusp, 2015.
- VALE, Teresa Leonor. **Arte e Diplomacia. A vivência romana dos embaixadores joaninos**. Lisboa: Scibe, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Diário de um Embaixador Português em Roma (1676-1678)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.